

Conselho de Administração
Presidente
Aurélio de Almeida Prado Cidade

Membros
Fernão Lara Mesquita, Francisco Mesquita Neto, Júlio César Mesquita, Patricia Maria Mesquita e Roberto C. Mesquita

Opinião
Diretor de Opinião: Ruy Mesquita
Editor Responsável: Antonio Carlos Pereira

Informação
Diretor de Conteúdo: Ricardo Gandour
Editor-Chefe Responsável: Roberto Gazzi

Administração e Negócios
Diretor Presidente: Sílvio Genesini
Diretor de Mercado Leitor: João Carlos Rosas
Diretor de Operações: Rubens Prata Jr.
Diretor Financeiro: Ricardo do Valle Dellape
Diretora Jurídica: Mariana Uemura Sampaio

estadão.com.br

A versão na Internet de O Estado de S. Paulo

Notas & Informações

O emprego e os gargalos



A criação de empregos não deixa dúvida. A economia brasileira venceu a crise e volta a crescer vigorosamente. Falta saber se poderá continuar em expansão sem pressões inflacionárias importantes e sem problemas no balanço de pagamentos. Para começar, a boa notícia: em fevereiro foram contratados com carteira assinada, em termos líquidos, 209.425 trabalhadores. Esse número, diferença entre admissões e demissões, é um recorde para o mês. O saldo das contratações, no primeiro bimestre, chegou a 390.844, segundo as últimas informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), mantido pelo Ministério do Trabalho. Nem todo emprego formal contabilizado pelo governo corresponde a um emprego novo. O trabalhador pode

ter sido recrutado no mês anterior ou até há mais tempo. Mas o balanço do Caged é um indicador relevante da situação econômica, do estado de humor dos empresários e da evolução do mercado de trabalho. Outras fontes, como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), confirmam a expansão das contratações. Em fevereiro, a indústria paulista preencheu 23 mil postos. O aumento do emprego, descontado o efeito sazonal, foi de 0,8% em relação ao mês anterior. Dados como esse têm um significado especial neste momento. A criação de empregos é um dos últimos sinais da reativação econômica. Em geral, a produção cresce durante vários meses com a mão de obra já disponível nas empresas. A produtividade aumenta, nesse período, e as companhias só voltam a procurar trabalhadores quando a recuperação parece consolidada. Esse comportamen-

to, bem conhecido há muito tempo, foi amplamente verificado nas fases de recuperação do último meio século. Esse detalhe torna particularmente auspicioso o aumento das contratações no Brasil nesta fase. Mais empregos significam mais salários e, num ambiente de maior segurança econômica, o aumento do consumo é uma tendência previsível. Já no ano passado os gastos dos consumidores foram o principal motor da economia. Esses gastos cresceram 4,1%, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) encolheu 0,2%, de acordo com a primeira estimativa divulgada pelo IBGE. Em janeiro, segundo a mesma fonte, o volume de vendas do comércio varejista foi 2,7% maior que o de dezembro e 10,4% maior que o de um ano antes, sem contar as vendas de veículos e peças e de material de construção. Também esses dados são auspiciosos, porque indicam melhores con-

dições de vida de milhões de famílias. Mas é indispensável perguntar se a economia brasileira suportará por muito mais tempo uma rápida expansão do consumo. A resposta será positiva se duas condições forem dadas. A primeira é a ampliação da capacidade produtiva. Se houver investimentos suficientes, a produção poderá acompanhar mais de perto a evolução do consumo e não haverá pressões inflacionárias importantes. A segunda condição é o aumento das exportações. Se as vendas crescerem de forma adequada, as importações poderão suprir parte relevante da demanda interna, por muito tempo, sem perigo de crise cambial. Hoje, nenhuma das duas condições é observada. Em 2009, os investimentos em máquinas, equipamentos e construções foram 9,9% menores que os do ano anterior. O valor investido caiu de 18,7% para 16,7% do PIB. Em 2008 já

era insuficiente para garantir um crescimento seguro por vários anos. O quadro piorou em 2009. Alguma reativação nessa área parece ter começado, mas não se pode menosprezar a perda de um ano. Será preciso investir com muito vigor para compensar a redução do ano passado e, além disso, levar a taxa de investimento a um nível mais adequado, certamente acima de 20% do PIB. As contas externas também preocupam. As importações voltaram a crescer mais velozmente que as exportações, como no ano anterior à crise. Neste ano, até a segunda semana de março, a média diária de exportações foi 25,9% maior que a de um ano antes. Mas a média do valor importado ficou 31,4% acima do registrado no mesmo período de 2009. O governo deveria cuidar prioritariamente dos dois gargalos, o investimento e o comércio exterior, para garantir um crescimento seguro e duradouro.

Demagogia no pré-sal

A facilidade com que a Câmara aprovou a emenda que prevê a distribuição para todos os Estados e municípios dos royalties do petróleo e do gás do pré-sal – 369 votos a favor, 72 contra e 2 abstenções – revela o desejo da maioria dos deputados de agradar a suas bases políticas em ano de eleição e, ao mesmo tempo, sua interpretação, deliberadamente equivocada, do que seja royalty. A Constituição assegura que os Estados e municípios, “nos termos da lei”, terão participação no resultado da exploração do petróleo ou do gás natural. Com base nesse dispositivo e também no fato de os recursos naturais da plataforma continental serem bens da União, os deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Humberto Souto (PPS-MG) apresentaram a emenda pela qual os royalties serão distribuídos de acordo com as regras de distribuição dos recursos dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios, independentemente da distância que eles estejam das reservas de petróleo e gás. Garante-se, assim, dinheiro para todos. A emenda trata os royalties como se fossem tributos (pois os Fundos de Participação são constituídos por parte da receita tributária). Mas não são. É conveniente lembrar que os royalties são uma espécie de reparação que se paga a um município ou a um Estado pelo uso intenso de seu espaço público ou do patrimônio que

lhes pertence para a execução da atividade de exploração do petróleo ou gás. É também uma indenização pelos danos ambientais que essa atividade provoca e também pelo esgotamento de recursos naturais não renováveis. É claro, também, que a indústria petrolífera tem enorme poder de estimular a economia local – atrai fornecedores de bens e serviços, gerando mais receitas para o poder público –, mas o desenvolvimento gera novas demandas, o que implica investimentos e gastos adicionais do governo. Cabe indagar se uma explora-

É uma mudança que impõe perdas de bilhões por ano para Estados e municípios afetados

ção a ser feita a mais de 300 quilômetros da costa, como deverão ser as do pré-sal, impõe custos tão grandes para as administrações locais como as geradas por explorações em áreas mais próximas do continente. Convém, neste ponto, lembrar que os autores da emenda representam dois Estados – Rio Grande do Sul e Minas Gerais – distantes dos poços localizados em alto-mar e, pelas regras atuais, com direito apenas a uma parte dos 7,5% dos royalties que cabem aos Estados e municípios fora das áreas produtoras. Com a emenda, todos os Estados e municípios receberão uma fatia dos royalties igual à que têm direito dos fundos de participação (no caso do FPE,

por decisão do STF, até o ano que vem o Congresso terá de aprovar nova forma de partilha de recursos, atualmente concentrada nas Regiões Norte e Nordeste). É uma mudança brutal, que imporia a perda de R\$ 7,6 bilhões por ano para o Rio de Janeiro e Espírito Santo. Também perderiam muitos de seus municípios, o que levaria suas finanças a uma situação dramática. Os números relativos ao Rio de Janeiro são claros: dos R\$ 4,8 bilhões que recebe hoje, o Estado receberia apenas R\$ 90 milhões; a receita dos municípios cairia de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 146 milhões. Quanto aos direitos da União, os autores da emenda não teriam motivo para se preocupar. O projeto original enviado pelo governo institui o regime de partilha de produção nas áreas do pré-sal e em áreas estratégicas. Por esse regime, parcela da produção será repartida entre a União e a empresa contratada para explorar o petróleo ou gás. Essa parte do projeto não foi alterada na Câmara. Elaborado por inspiração demagógica, a emenda de Pinheiro e Souto precisará ser revista no Senado. Se o Senado também a aprovar, caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidir sobre seu destino. Sancioná-la será manter a demagogia, com ônus insuportáveis para os Estados e municípios afetados pela exploração do petróleo e gás. O líder do governo na Câmara, Cândido Vaccarezza, garantiu que, se a emenda passar também no Senado, Lula a vetará.

Lei eleitoral e hipocrisia

Ninguém precisa entender de teoria geral do direito para saber que, por paradoxal que pareça, quanto maior o número de leis e quanto mais encharcadas de detalhes todas elas, maiores também as chances de provocar debates talmúdicos e interpretações bizantinas – que acabam beneficiando, em boa parte dos casos, os interessados em encontrar nos seus desvãos o caminho para a burla. Às vezes, a aparente preocupação em cobrir todas as brechas que possam servir de meios para a negação, na prática, do espírito que motivou a legislação, esconde perversamente o intuito de neutralizá-la. As regras sob as quais devem se conduzir os protagonistas dos ciclos eleitorais são um exemplo vivo dessa deturpação. A intenção que as inspira é evidentemente louvável. Busca instituir a igualdade de oportunidades entre as forças que competem pelo voto popular. Daí as restrições que visam, conforme o que já se tornou lugar-comum, a coibir a influência do poder econômico e dos governantes de turno na decisão final do eleitor. Mas, já não bastasse o absurdo de um sem-número de normas mudar de eleição para eleição, como se as campanhas tivessem de ser planejadas sob o princípio da incerteza, tornou-se rotineira a queda de braço entre o Legislativo e o Judiciário a propósito do que deve ser permitido e proibido. Agora mesmo o PDT tenta derrubar na Suprema

Corte nada menos de 12 pontos da minirreforma eleitoral aprovada no ano passado. Pior é que os não raros defeitos e omissões na ordenação legal das campanhas resultam menos da distração dos seus autores – o corpo político nacional – do que do intento de usá-los em seu favor. As oposições fazem expressão corporal de protestar contra o “uso da máquina” por parte dos governos, mas não são menos responsáveis do que eles pelas facilidades embutidas na lei cujas

Tudo é permitido desde que não seja proibido, interpreta a AGU para alegria do presidente

transgressões denunciam. O resultado é desmoralizante. Há uma eternidade o presidente Lula se vale dos recursos de poder do seu cargo para promover a candidatura Dilma Rousseff. A oposição chia, abre-se uma discussão inócua sobre o que vem a ser “campanha antecipada” – e o jogo segue sob o império da hipocrisia. Dilma é candidata desde que aceitou a decisão do seu patrono, sabedores, ambos, de que o PT faria o que ele determinasse. Mas, enquanto o seu nome não for sacramentado em convenção (de 10 a 30 de junho) e registrado (até 5 de julho), ela é “pré-candidata” – a jabuticaba brasileira para o léxico dos sistemas democráticos. Nesse período, pouco importa que esteja no governo ou fora dele, como terá de estar a partir de 3 de abril, poderá participar de to-

dos os eventos, como inaugurações de obras e outras cerimônias oficiais, em que o presidente Lula julgar a sua presença conveniente, desde que ele não peça votos para ela e ela cale. É o parecer da Advocacia-Geral da União (AGU). Baseia-se na doutrina de que tudo é permitido se não for expressamente proibido – e a lei é omissa sobre o que pode fazer um agente público entre a desincompatibilização e o registro de sua candidatura. Depois, entende a AGU, nada impede que o presidente suba aos palanques de sua escolhida – desde que após o expediente e com as despesas pagas pelo partido. A menos que emende um comício a um ato de governo. “Não há impedimento para que fora do espaço em que exerce a Presidência”, diz o titular da AGU, Luís Inácio Adams, “ele participe de comícios.” Se assim é, está armada a arena para uma controvérsia preciosa sobre os limites desse espaço. Um outro presidente, que não considerasse eleger o sucessor “a coisa mais importante” do seu governo, como confesso Lula no recente congresso petista, talvez pudesse pensar que a moralidade política deva prevalecer sobre a letra ou as omissões da lei. Mas com ele é diferente. Só não carregará a “pré-candidata” para cima e para baixo – e só não irá a todos os comícios da afinal candidata – se achar que isso poderá ser contraproducente para a imagem de Dilma como portadora de luz própria. Que sentido tem, em suma, uma legislação assim complacente?

cipal do Verde e do Meio Ambiente
ecribeiro@prefeitura.sp.gov.br
São Paulo

Palavra e honra

O ministro Paulo Vannuchi disse que se demitiria sumariamente se mudassem uma só linha do PNDH-3. Estamos esperando.

A. FERNANDES
standyball@hotmail.com
São Paulo

PRESOS POLÍTICOS

Castristas

Em Cuba as Damas de Blanco, grupo formado por parentes de presos políticos, foram detidas enquanto faziam uma passeata pacífica em Havana e obrigadas a entrar à força, em dois ônibus. Esse é o regime totalitário dos tiranos castristas que o pre-

sidente Lula tanto admira.

IZABEL AVALLONE
izabelavallone@yahoo.com.br
São Paulo

POLÍTICA EXTERNA

Lula no Oriente Médio

Era só o que estava faltando mesmo. O presidente Lula agora quer resolver os conflitos milenares entre árabes e judeus no Oriente Médio. Ora, presidente, o senhor e sua diplomacia não conseguiram resolver sequer o entrevero em Honduras, quando nossa embaixada foi tomada sem cerimônias, a mando do coronel Hugo Chávez. E muito menos consegue resolver os conflitos existentes dentro do Brasil, onde quadrilhas dominam bairros inteiros e aterrorizam nossa população. Menos presidente, menos.

SANDRO FERREIRA
sandroferreira94@hotmail.com
Ponta Grossa (PR)

“Do jeito que a campanha de José Serra anda, acho que a vaca vai para o brejo”

MAURO ROBERTO ZIGLIO / OURINHOS, SOBRE A ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

“Arruda deve estar se perguntando: cadê os outros?”

LUIZ NUSBAUM / SÃO PAULO, SOBRE A CASSAÇÃO DO MANDATO DO GOVERNADOR DO DF
lnusbaum@uol.com.br

“Samuel Pinheiro Guimarães, Celso Amorim e Marco Aurélio Garcia perdem todas no jogo da diplomacia global”

SERGIO S. DE OLIVEIRA/ MONTE SANTO DE MINAS (MG), SOBRE A POLÍTICA EXTERNA
ssoliveira@netsite.com.br

VOCÊ NO ESTADÃO.COM.BR

TEMA DO DIA

TOTAL DE COMENTÁRIOS NO PORTAL:

Ibope coloca Dilma a cinco pontos de Serra

Para a ministra, resultado é “retrato do momento”. Tucano deve lançar candidatura em 10 de abril.

● “Homens que tiveram suas oportunidades pouco fizeram. Com as mulheres dando as cartas, com certeza, o País melhorará.”
BENEDITO ASSIZ

● “Quando a campanha for oficialmente iniciada e Dilma tiver que mostrar sua cara, sem Lula, os números serão outros.”
ROGÉRIO VIANA

● “Estamos lidando com o futuro de nosso país. Ficar de briguinta de torcida, sinceramente, é falta de argumento.”
HEITOR DE CASTRO

2.555

O ESTADO DE S. PAULO
Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 55 - 6º andar, CEP 02598-900
Fax: (11) 3856-2920
E-mail: forum@grupoestado.com.br

As cartas devem ser enviadas com assinatura, identificação, endereço e telefone do remetente e poderão ser resumidas. O Estado se reserva o direito de selecioná-la para publicação. Correspondência sem identificação completa será desconsiderada.

Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 – falecom.estado@grupoestado.com.br
Central de atendimento ao assinante
Capital: 3959-8500
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estado.com.br
Classificados por telefone:
3855-2001
Vendas de assinaturas:
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Central de atendimento ao jornalista:
0800-011-00-94 – www.jornaleironline.com.br
Central de atendimentos às agências de publicidade:
3856-2531 – cia@estado.com.br
Preços venda avulsa: SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). **DF:** R\$ 2,50 (segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). **ES, RS, GO e MT:** R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo). **MS:** R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo). **BA, SE, PE, TO e AL:** R\$ 4,00 (segunda a sábado) e R\$ 6,00 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC e RO:** R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo)